



SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS DE CORAÇÃO DE JESUS/MG

CNPJ: 20.568.218/0001-54

Rua Coronel Leolino de Souza, 853, Centro, CEP: 39.340-000.

Telefone: (38) 3228 - 1157 - E-mail: ricoracaodejesus@hotmail.com

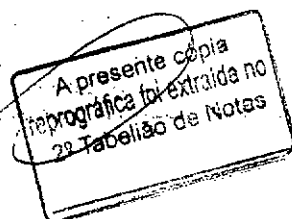


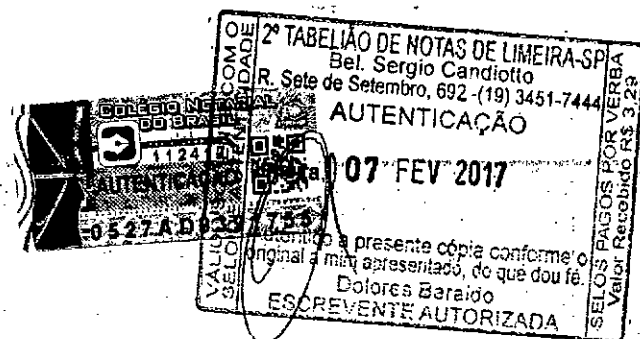
CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Certifico a pedido verbal da pessoa interessada e para os devidos fins que revendo, neste cartório no livro 2-AN sob a matrícula 7367 de 28/10/2005, verifiquei constar:

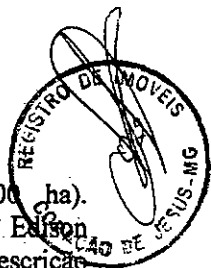
MATRÍCULA: 7.367, fls. 167, livro 2-AN, feito em 28 de Outubro de 2.005.

IMÓVEL: UMA PARTE DE TERRAS, situada na **FAZENDA SANTA MARIA**, no município de Ibiaí, Estado de Minas Gerais, com a área de 499,99ha (quatrocentos e nove e nove hectares e noventa e nove ares), dentro dos seguintes limites e confrontações: Norte: Fazenda Santa Maria. Sul: Gleba 2 de Edison Fernandes Costa. Leste: Reserva Florestal da Fazenda Santa Maria. Oeste: José Maria Magalhães. **DESCRIÇÃO PERIMÉTRICA:** Inicia-se no ponto 1 definido pelas coordenadas UTM absolutas N: 8132983,357 m e E: 516666,619m, Datum SAD-69, MC-45°WGr, confrontando com a Fazenda Santa Maria, deste segue até o ponto 2 com azimute de 169°26'12" e distância de 1.197,79 deste até o ponto 3 com azimute de 259°28'26" e distância de 613,73; deste segue até o ponto 4 com azimute de 259°28'26" e distância de 218,00; deste segue até o ponto 5 com azimute de 268°33'20" e distância de 3.404,31; deste segue até o ponto 6 com azimute de 346°39'05" e distância de 1.380,65; deste segue até o ponto 7 com azimute de 79°21'02" e distância de 1.130,54; deste segue até o ponto 8 com azimute de 166°39'05" e distância de 651,04; deste segue até o ponto 9 com azimute de 79°21'02" e distância de 747,12; deste segue até o ponto 10 com azimute de 168°29'06" e distância de 79,00; deste segue até o ponto 1 com azimute de 79°18'40" e distância de 2.349,52. O perímetro acima descrito encerra uma área de 499,99 hectares. Tudo de conformidade com os trabalhos topográficos elaborados pelo técnico agrimensor Marcos Vieira-CREA-MG 10.216. Visto CCIR nº 406.090.001.481-0. Área total 1.676,4. Mod. Rural: 33,0. Nº de mód. Rural: 50,79. Mód. Fiscal: 50,0. Nº de mód. Fiscais: 33,53. F.M.P. 2,0. ITR nº: 0.640.861-3. Registro anterior R1/7.184, lv. 2-AM em 27.02.04. **PROPRIETÁRIO: DALARA NUNES PIRES LAGE MAGALHÃES**, assistida por seu marido **MARCO ANTÔNIO MILFONT MAGALHÃES**, brasileiros, casados, regime de separação total de bens na vigência da Lei 6.515/77, nos termos da procuração lavrada no Serviço Notarial do 2º Tabelionato de Vila Velha, Espírito Santo, livro 119, fls 49/51, ela administradora de empresas, ele advogado, inscritos nos CPFs nºs: 865.063.666-72 e 705.277.337-68 e Carteira de Identidade nºs: M-529.852-9- SSP/MG e 4.320 OAB-ES, respectivamente, residentes e domiciliados na Rua João Nunes Coelho, 210/302, Ed. Veneto, Mata da Praia, Espírito Santo. Dou fé: **R1/7.367**, DATA: 28 de Outubro de 2.005. Nos termos da Escritura pública de compra e venda lavrada às fls. 10/11 do livro nº 107 de escrituras do Cartório do 1º Ofício da cidade de Pirapora/MG, em data de 28 de outubro de 2005, consta que o imóvel descrito na presente matrícula, que de hoje em diante denominar-se **FAZENDA SANTO EXPEDITO I**. Foi adquirido por: **EDISON FERNANDES COSTA**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº: 774.271.498-15, portador da Carteira de Identidade nº: 5.374.211-SSP/SP, casado com **ÂNGELA LETÍCIA MENCONI COSTA**, brasileira, professora, inscrita no CPF/MF nº





966.069.248-04, portadora da Cédula de Identidade nº: 6720284-SSP/SP, pelo regime de comunhão-universal de bens, residentes e domiciliados à Rua Amalio Zacarias, 67, Jardim Brasília, Limeira, São Paulo, CEP 13.484.110. Transmitedora: DALARA NUNES PIRES LAGE MAGALHÃES, acima qualificada. Valor R\$500.000,00 sendo que para efeitos fiscais o valor da terra nua é de R\$131.250,00 e das benfeitorias constituídas por cercas e pastagens cultivadas e melhoradas no valor de R\$203.437,50. Que foi recolhido o ITBI devido sobre o valor de R\$500.000,00 no valor de R\$12.632,75 recolhido na Prefeitura Municipal de Ibiá, conforme guia arquivada em cartório. Sem condições. Dou fé. R2/7.367, DATA: 18 de Setembro de 2.006. CONTRATO DE ARRENDAMENTO RURAL (Produção de Carvão Vegetal), assinado em 15 de agosto de 2006, tendo como arrendante o Sr. Edison Fernandes Costa, já qualificado e como arrendatário o Sr. JÚLIO DÍDIMO DOS REIS, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 408.546.476-00 e RG nº M-2.280.724 SSP/MG, residentes e domiciliado na Rua Santa Rita de Cássia, nº 803, Bairro São José, na cidade de Montes Claros-MG. Cláusula primeira: O arrendante é proprietário de um imóvel rural, no município de Ibiá, Estado de Minas Gerais, denominado FAZENDA SANTO EXPEDITO I, com a área total de 499,90 hectares, matrícula R1/7367 – livro 2-AN, fls. 167 do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Coração de Jesus-Minas Gerais, e por força do presente ajuste o ARRENDANTE, em parte (99,90 hectares), com o objetivo único de Produção de carvão vegetal, proveniente de material lenhoso oriundo do desmatamento a ser feito visando à formação de áreas de cultivo ficando estabelecido que todo o processo de exploração vegetal seguirá as normas do IEF-MG. Cláusula segunda- Do Arrendamento Rural para produção de carvão vegetal- Uma vez obtida a licença e após a liberação parcial ou total feita pelos órgãos competentes, o Arrendatário poderá iniciar as atividades a que se refere este contrato. Cláusula Quinta – O presente contrato tem início na data de sua assinatura, sendo que o arrendatário terá o prazo de 30 (trinta) dias após a obtenção da licença do IEF-MG, para o início do desmate, encerrando-se o presente contrato no prazo de 18 meses, a contar da data de obtenção da licença ambiental do IEF-MG. Cláusula sexta- Do valor do contrato – Parágrafo único – O valor do presente contrato é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sendo pago em única parcela ao final do mesmo. Com as demais cláusulas e condições constantes do contrato arquivado em cartório. AV3/7.367, DATA: 15 de Março de 2.007. TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PRESERVAÇÃO DE FLORESTA, firmado aos 13 de março de 2.007, pelo Sr. EDISON FERNANDES COSTA, brasileiro, casado, residente a Rua Amalio Zacharias nº: 67, Jardim Brasil no município de Limeira-SP, CPF nº: 774.271.498-15, proprietário do imóvel rural denominado Fazenda Santo Expedito I, situado no município de Ibiá-MG sob o nº R1/7.367,lv.2-AC, declara perante a autoridade florestal, que também este termo assina, tendo em vista o que determina a Lei 4.771, de 15-09-65, em seus artigos 16 e 44, Lei 14.309 de 19.06.02, que a floresta ou forma de vegetação existente com a área de 100,00 ha., não inferior a 20% do total da propriedade compreendida nos limites abaixo indicados, fica gravada como de utilização limitada, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração a não ser mediante autorização do IEF. O atual proprietário compromete-se, por si, seus herdeiros ou sucessores, a fazer o presente gravame sempre bom, firme e valioso. CARACTERÍSTICAS E CONFRONTANTES DO IMÓVEL: Topografia plana, apresentando solo macroscopicamente caracterizado com latossolo vermelho com textura arenosa, não apresenta recurso hídrico superficial, a vegetação é típica do bioma cerrado. CONFRONTANTES: Norte: Fazenda Santa Maria e PA Areal; Sul: Fazenda Santo Expedito II. Leste: Fazenda Santa Maria. Oeste: José Maria



Magalhães. **LIMITES DAS ÁREAS PRESERVADAS:** Reserva - (100,00 ha). **CONFRONTAÇÕES:** Norte: Fazenda Santa Maria. Sul: Fazenda Santa Maria e Edison Fernandes Costa. Leste: Fazenda Santa Maria. Oeste: com a mesma Fazenda. Descrição perimétrica: inicia-se no ponto 1 definido pelas coordenadas UTM absolutas N:8132917,399m, E: 516622,389m, confrontando com a fazenda Santa Maria, deste segue até o ponto 2 com azimute de 169°04'47" e distância de 1172,89; deste segue até o ponto 3 com azimute de 259°03'11" e distância de 847,74; deste segue até o ponto 4 com azimute de 348°58'20" e distância de 1183,35; deste segue até o ponto 1 com azimute de 79°45'31" e distância de 850,02. O perímetro acima descrito encerra uma área de 100,00 há. OBS: O memorial descritivo foi elaborado pelo Engenheiro Agrônomo Marcos Vieira CREA-SP 0641170329 visto 10.218 CREA-MG. AV4/7.367. DATA: 20 de Agosto de 2.008. **CONTRATO DE ARRENDAMENTO RURAL** (Produção de Carvão Vegetal), assinado em 15 de maio de 2008, tendo como arrendante o Sr. Edison Fernandes Costa, já qualificado e como arrendatário o Sr. JULIO DÍDIMO DOS REIS, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 408.546.476-00 e RG nº M-2.280.724 SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Santa Rita de Cássia, nº 803, Bairro São José, na cidade de Montes Claros-MG. Cláusula primeira: O arrendante é proprietário de um imóvel rural, no município de Ibiaí, Estado de Minas Gerais, denominado FAZENDA SANTO EXPEDITO I, com a área total de 499,90 hectares, matrícula R1/7367 - livro 2-AN, fls. 167 do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Coração de Jesus- Minas Gerais, e por força do presente ajuste o ARRENDA, em parte (300,09 hectares), com o objetivo único de Produção de carvão vegetal, proveniente de material lenhoso oriundo do desmatamento a ser feito visando à formação de áreas de cultivo ficando estabelecido que todo o processo de exploração vegetal seguirá as normas do IEF-MG. Cláusula segunda- Do Arrendamento Rural para produção de carvão vegetal- Uma vez obtida a licença e após a liberação parcial ou total feita pelos órgãos competentes, o Arrendatário poderá iniciar as atividades a que se refere este contrato. Cláusula Quinta - O presente contrato tem início na data de sua assinatura, sendo que o arrendatário terá o prazo de 30 (trinta) dias após a obtenção da licença do IEF-MG, para o início do desmate, encerrando-se o presente contrato no prazo de 18 meses, a contar da data de obtenção da licença ambiental do IEF-MG. Cláusula sexta- Do valor do contrato - Parágrafo único - O valor do presente contrato é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sendo pago em única parcela ao final do mesmo. Com as demais cláusulas e condições constantes do contrato arquivado em cartório. Dou fé. O referido é o que consta dos meus arquivos. Dou fé. O referido é o que consta dos meus arquivos. Dou fé. Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria - Geral de Justiça, nº ordinal do ofício: 0000775040177, atribuição: Imóveis, localidade: Coração de Jesus, nº selo: BEJ76069, código de segurança: 2379.9185.3557.3160, quantidade de atos: 1. Valor total dos emolumentos: R\$16,08. Valor total do Recômpe: R\$0,97. Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$6,02. Valor Final ao Usuário: R\$23,07. "Consulte a validade deste selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>". Dou fé.

Coração de Jesus-MG, 26 de Janeiro de 2017

Naiara Santos Mendes

NAIARA SANTOS MENDES

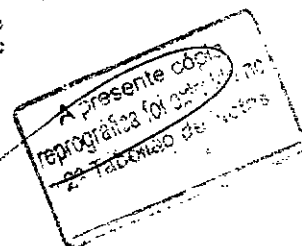
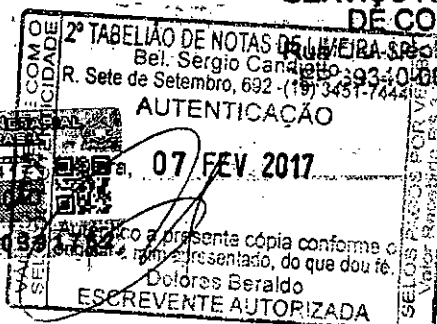
Escrevente Autorizada

**SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS
DE CORAÇÃO DE JESUS**

2º TABELÃO DE NOTAS DE JUIZ DE PAZ
Bel. Sérgio Cândido de Souza, 853 - Centro
R. Sete de Setembro, 692 - (15) 3451-7444 - Coração de Jesus - MG

AUTENTICAÇÃO

07 FEV 2017





SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS DE CORAÇÃO DE JESUS/MG

CNPJ: 20.568.218/0001-54

Rua Coronel Leolino de Souza, 853, Centro, CEP: 39.340-000

Telefone: (38) 3228 - 1157 - E-mail: ricoracaodejesus@hotmail.com



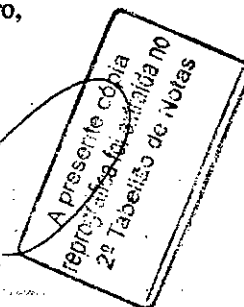
CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

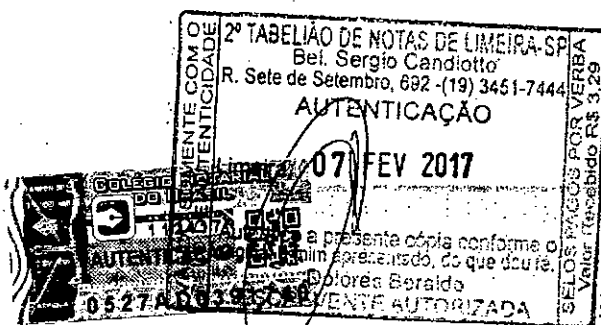
Certifico a pedido verbal da pessoa interessada e para os devidos fins que revendo, neste cartório no livro 2-AN sob a matrícula 7368 de 28/10/2005, verifiquei constar:

MATRÍCULA: 7368, fls. 168, livro 2-AN, feito em 28 de Outubro de 2.005.

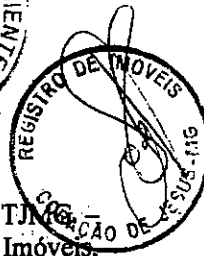
IMÓVEL: IMÓVEL RURAL, situado na FAZENDA LAGES E ARARAS, denominado FAZENDA NEVADA, que passará a usar a denominação de "FAZENDA SANTO EXPEDITO TRÊS", localizado no município de Ibiaí, comarca de Coração de Jesus-MG, com uma área de 32 (trinta e dois) hectares e 41 (quarenta e um) ares, em terras de diversas classes. Com os seguintes limites: **CONFRONTAÇÕES**: ao norte com o espólio de Osmar Pires Lage; ao sul com rodovia de Ligação Ibiaí - BR-365; ao leste com a Nevada Agropecuária Industrial S.A., ao oeste com a Nevada Agropecuária Industrial S.A., Descrição perimétrica: Inicia-se no ponto 1 definido pelas coordenadas UTM absolutas N: 8130633,553m e E: 512873,118m, SAD 69 MC 45° WGr. Confrontando com Espólio de Osmar Pires Lage, deste segue até o ponto 2 com azimute de 133° 27' 14" e distância de 1.024,00; deste segue até o ponto 3 com azimute de 225° 57' 40" e distância de 210,71; deste segue até o ponto 4 com azimute de 306° 06' 45" e distância de 210,71; deste segue até o ponto 4 com azimute de 306° 06' 45" e distância de 1.278,22, deste segue até o ponto 1 com azimute de 77° 32' 17" e distância de 451,38; o perímetro acima descrito encerra uma área de 32,41 Ha. Registro anterior nº: R4/714, fls. 114 lv. 2-C aos 30.11.1978.

PROPRIETÁRIO: NEVADA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL S.A., CNPJ 20.542.601/0001-33, com sede social na referida fazenda, no município de Ibiaí-MG, representada pelo Diretor Presidente: MARCOS AMORIM XIMENES, CPF nº: 301.134.906-15, CI. RG. M-2.518.318 SSP/MG, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado na Fazenda Nevada, município de Ibiaí-MG. Conforme Ata de Assembléia Geral Ordinária, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº: 3419209 - Protocolo nº: 058451901, na data de 19.10.2005. Dou fé. **R1/7.368**, DATA: 28 de Outubro de 2.005. Nos termos da Escritura pública de compra e venda, lavrada às fls. 93 do livro nº: 13 de escrituras do Cartório do Registro Civil e Notas do distrito e município de Ibiaí-MG, em data de 27 de outubro de 2.005, consta que o imóvel descrito na presente matrícula, foi adquirido por: **EDISON FERNANDES COSTA**, brasileiro, casado, empresário, CPF Nº: 774.271.498-15, CI. RG. 5.374.211 SSP/SP, residente e domiciliado na rua Amalio Zacarias, 67, Bairro Jardim Brasil, na cidade de Limeira/SP. Por compra a NEVADA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL S/A, acima qualificada. Valor R\$18.520,00. Sem condições. Dou fé. **AV2/7.368**, DATA: 20 de Agosto de 2.008. **CONTRATO DE ARRENDAMENTO RURAL** (Produção de Carvão Vegetal), assinado em 15 de maio de 2008, tendo como arrendante o Sr. Edison Fernandes Costa, já qualificado e como arrendatário o Sr. JÚLIO DÍDIMO DOS REIS, brasileiro,





casado, empresário, CPF nº 408.546.476-00 e RG nº M-2.280.724 SSP/MG, residentes e domiciliado na Rua Santa Rita de Cássia, nº 803, Bairro São José, na cidade de Montes Claros-MG. Cláusula primeira: O arrendante é proprietário de um imóvel rural, no município de Ibiatã, Estado de Minas Gerais, denominado FAZENDA SANTO EXPEDITO III, com a área total de 35,00 hectares, matrículas R1/7368 – livro 2-AN, fls 168 e R1/7369, - livro 2-AN, fls. 169 do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Coração de Jesus-Minas Gerais, e por força do presente ajuste o ARRENDA, em parte (33,00 hectares), com o objetivo único de Produção de carvão vegetal, proveniente de material lenhoso oriundo do desmatamento a ser feito visando à formação de áreas de cultivo ficando estabelecido que todo o processo de exploração vegetal seguirá as normas do IEF-MG. Cláusula segunda- Do Arrendamento Rural para produção de carvão vegetal- Uma vez obtida a licença e após a liberação parcial ou total feita pelos órgãos competentes, o Arrendatário poderá iniciar as atividades a que se refere este contrato. Cláusula Quinta – O presente contrato tem início na data de sua assinatura, sendo que o arrendatário terá o prazo de 30 (trinta) dias após a obtenção da licença do IEF-MG, para o início do desmate, encerrando-se o presente contrato no prazo de 18 meses, a contar da data de obtenção da licença ambiental do IEF-MG. Cláusula sexta- Do valor do contrato – Parágrafo único – O valor do presente contrato é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sendo pago em única parcela ao final do mesmo. Com as demais cláusulas e condições constantes do contrato arquivado em cartório. Sem condições. Dou fé: AV3/7.368, DATA: 31 de Agosto de 2.012. **TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PRESERVAÇÃO DE FLORESTA**, firmada aos 03 de junho de 2012, pelo Sr. Edison Fernandes Costa, CPF: 774.271.498-15, declara perante a autoridade florestal que também este termo assina, tendo em vista o que determina a Lei nº: 14.309/02, que a floresta ou forma de vegetação existente, com área de 6,48,20ha, não inferior a 20% do total da propriedade compreendida nos limites abaixo indicados, fica gravada como de utilização limitada, não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração a não ser mediante autorização do IEF. O atual proprietário compromete-se, por si, seus herdeiros ou sucessores, a fazer o presente gravame sempre bom, firme e valioso. **CARACTERÍSTICAS, CONFRONTANTES E ÁREA DO IMÓVEL:** Área total: 32,41ha. Ao norte com Fazenda Santo Expedito II e Fazenda da Nevada (Marco Amorim Ximenes de Souza); Ao sul com Rodovia LMG – 674 e Nevada Agropecuária Industrial Ltda. (Marco Amorim Ximenes de Souza); A leste com Vergiaud Lasse Lopes e Fazenda Santo Expedito II; A oeste com Rodovia LMG – 674. **LIMITES DA ÁREA-PRESERVADA.** Área da Reserva Legal: 6,4820ha. Reserva Legal: 6,4820ha. (Já descontadas as áreas de servidão da CEMIG e estradas dentro da reserva). Descrição perimétrica: Começa no ponto R1, com coordenadas E=512.433,03 N=8.130.545,81; deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 77°32'29" e 452,16m, até o ponto R2, coordenadas E=512.874,55 N=8.130.643,36; 133°29'20" e 57,89m, até o ponto R3, coordenadas E=512.916,54 N=8.130.603,52; confrontando com Marco Amorim Ximenes de Souza; deste segue com os azimutes e distâncias: 215°30'10" e 223,46m, até o ponto R4, coordenadas E=512.786,77 N=8.130.421,61; 301°01'35" e 51,69m, até o ponto R5, coordenadas E=512.742,47 N=8.130.448,25; 218°08'23" e 103,48m, até o ponto R6, coordenadas E=512.678,56 N=8.130.366,86, confrontando com PROPRIA FAZENDA; deste segue com azimute de 306°05'09", por uma distância de 303,83m, até o ponto R1, confrontando com RODOVIA LMG-674 e com Marco Amorim Ximenes de Souza, onde teve início esse descrição. Dou



fé. O referido é o que consta dos meus arquivos. Dou fé. Poder Judiciário - TJMG -
Corregedoria - Geral de Justiça, nº ordinal do ofício: 0000775040177, atribuição: Imóveis,
localidade: Coração de Jesus, nº selo: **BEJ76070**, código de segurança:
6197.2745.9421.1650, quantidade de atos: 1. Valor total dos emolumentos: R\$16,08. Valor
total do Recomeço: R\$0,97. Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$6,02. Valor Final ao
Usuário: R\$23,07. "Consulte a validade deste selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>". Dou fé.

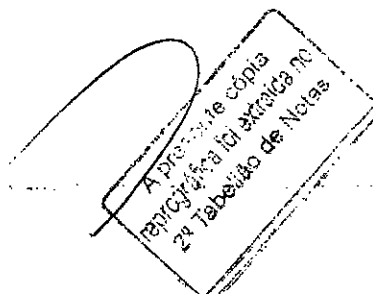
Coração de Jesus-MG, 26 de Janeiro de 2017

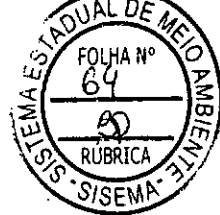
Naiana Santos Mendes

NAIARA SANTOS MENDES

Escrevente Autorizada

**SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS
DE CORAÇÃO DE JESUS**
Rua Cel. Leolino de Souza, 853 - Centro
7EP 39340-000 - Coração de Jesus - MG

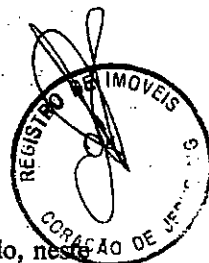




SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS DE CORAÇÃO DE JESUS/MG

CNPJ: 20.568.218/0001-54

Rua Coronel Leolino de Souza, 853, Centro, CEP: 39.340-000
Telefone: (38) 3228 - 1157 - E-mail: ricoracaodejesus@hotmail.com

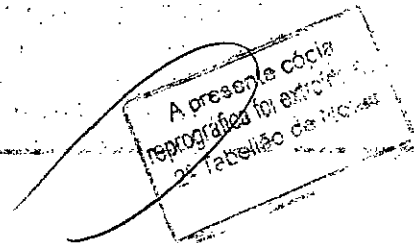
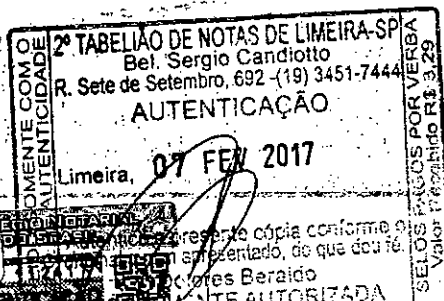


CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Certifico a pedido verbal da pessoa interessada e para os devidos fins que revendo, neste cartório no livro 2-AN sob a matrícula 7369 de 28/10/2005, verifiquei constar:

MATRICULA: 7.369, fls.169 do livro nº: 2-AN, feito em 28 de Outubro de 2.005.

IMÓVEL: IMÓVEL RURAL, situado na FAZENDA LAGES E ARARAS, denominado FAZENDA NEVADA, que passará a usar a denominação de FAZENDA SANTO EXPEDITO TRÊS, localizado no município de Ibiaí, comarca de Coração de Jesus-MG, com a área de 02 (dois) hectares e 59 (cinquenta e nove) ares. Com os seguintes limites: **CONFRONTAÇÕES:** ao norte com a BR-365; ao sul com o rio São Francisco pela margem direita, ao leste com a Nevada Agropecuária Industrial S.A, a oeste com a Nevada Agropecuária Industrial S.A. Descrição perimétrica: "Inicia-se no ponto 1 definido pelas coordenadas UTM absolutas N: 8129763,109 e E: 513441,446m, SAD 69 MC 45° WGr, confrontando com a rodovia que liga Ibiaí - BR 365, deste segue até o ponto 2 com azimute de 225°25'18" e distância de 494,97; deste segue até o ponto 3 com azimute de 225°59'29" e distância de 43,35; deste segue até o ponto 4 pela margem direita do Rio São Francisco com distância de 101,45; deste segue até o ponto 5 com azimute de 45°25'18" e distância de 182,58, deste segue até o ponto 6 com azimute de 135°25'18" e distância de 79,59; deste segue até o ponto 7 com azimute de 45°25'18" e distancia de 331,016; deste segue até o ponto 1 com azimute de 126°10'27" e distância de 20,26; o perímetro acima descrito encerra uma área de 2,59 ha. Registro anterior nº: R4/714, fls.114 lv. 2-C aos 30.11.1978. **PROPRIETÁRIO: NEVADA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL S.A.** CNPJ 20.542.601/0001-33, com sede social na referida Fazenda, no município de Ibiaí-MG, representada pelo Diretor Presidente: Marcos Amorim Ximenes, CPF nº: 301.134.906-15, CI.RG. M-2.518.318 SSP/MG, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado na Fazenda Nevada, município de Ibiaí-MG. Conforme Ata de Assembléia Geral ordinária, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº: 3419209 - Protocolo nº: 058451901, na data de 19.10.2005. Dou fé. **R1/7.369**, DATA: 28 de Outubro de 2.005. Nos termos da Escritura pública de compra e venda, lavrada às fls. 93 do livro nº: 13 de escrituras do Cartório do Registro Civil e Notas do distrito e município de Ibiaí-MG; em data de 27 de outubro de 2.005, consta que o imóvel descrito na presente matrícula, foi adquirido por **EDISON FERNANDES COSTA**, brasileiro, casado, empresário, CPF Nº: 774.271.498-15, CI. RG. 5.374.211 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Amalio Zacarias, 67, Bairro Jardim Brasil, na cidade de Limeira- SP. Por compra a NEVADA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL S.A, acima qualificada. VALOR: R\$ 1.480,00 (mil, quatrocentos e oitenta reais). Dou fé. **AV2/7.369**, DATA: 20 de Agosto de 2.008. **CONTRATO DE ARRENDAMENTO RURAL** (Produção de Carvão Vegetal), assinado em 15 de maio de 2008, tendo como arrendante o Sr. Edison Fernandes Costa, já qualificado e como arrendatário o Sr. JÚLIO DÍDIMO DOS REIS, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 408.546.476-00 e RG nº M-2.280.724



SSP/MG, residentes e domiciliado na Rua Santa Rita de Cássia, nº 803, Bairro São José, na cidade de Montes Claros-MG. Cláusula primeira: O arrendante é proprietário de um imóvel rural, no município de Ibiaí, Estado de Minas Gerais, denominado FAZENDA SANTO EXPEDITO III, com a área total de 35,00 hectares, matrículas R1/7368 - livro 2-AN, fls 168 e R1/7369, - livro 2-AN, fls. 169 do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Coração de Jesus- Minas Gerais, e por força do presente ajuste o ARRENDA, em parte (33,00 hectares), com o objetivo único de Produção de carvão vegetal, proveniente de material lenhoso oriundo do desmatamento a ser feito visando à formação de áreas de cultivo ficando estabelecido que todo o processo de exploração vegetal seguira as normas do IEF-MG. Cláusula segunda- Do Arrendamento Rural para produção de carvão vegetal- Uma vez obtida a licença e após a liberação parcial ou total feita pelos órgãos competentes, o Arrendatário poderá iniciar as atividades a que se refere este contrato. Cláusula Quinta - O presente contrato tem início na data de sua assinatura, sendo que o arrendatário terá o prazo de 30 (trinta) dias após a obtenção da licença do IEF-MG, para o início do desmate, encerrando-se o presente contrato no prazo de 18 meses, a contar da data de obtenção da licença ambiental do IEF-MG. Cláusula sexta- Do valor do contrato - Parágrafo único - O valor do presente contrato é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sendo pago em única parcela ao final do mesmo. Com as demais cláusulas e condições constantes do contrato arquivado em cartório. Dou fé. O referido é o que consta dos meus arquivos. Dou fé. Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria - Geral de Justiça, nº ordinal do ofício: 0000775040177, atribuição: Imóveis, localidade: Coração de Jesus, nº selo: **BEJ76071**, código de segurança: **8335.6471.6343.6700**, quantidade de atos: 1. Valor total dos emolumentos: R\$16,08. Valor total do Recome: R\$0,97. Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$6,02. Valor Final ao Usuário: R\$23,07. "Consulte a validade deste selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>". Dou fé.

Coração de Jesus-MG, 26 de Janeiro de 2017

Naiara Santos Mendes

NAIARA SANTOS MENDES

Escrevente Autorizada

**SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS
DE CORAÇÃO DE JESUS**

Rua Cel. Leclino de Souza, 853 - Centro
CEP 39340-000 - Coração de Jesus - MG

2º TABELÃO DE NOTAS DE LIMEIRA-SP	
Bel. Sergio Candiotti	
R. Sete de Setembro, 692 - (19) 3451-7444	
AUTENTICAÇÃO	
07 FEV. 2017	
A presente cópia conforme o original a mim apresentado, do que dou fé.	
Dolores Beraldo	
ESCREVENTE AUTORIZADA	

0527A D0221

SELOS PAGOS POR VERBA
Valor recebido R\$ 3,29

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

8282-6

35556576

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

5.374.211-4

2 via

DATA DE EXPEDIÇÃO

11/05/2015

NOME

ÉDISON FERNANDES COSTA

FILIAÇÃO

SEBASTIÃO FERNANDES COSTA

LAZARA COLIASO COSTA

NATURALIDADE

LIMEIRA - SP

DOC ORIGEM

LIMEIRA - SP LIMEIRA CC:LV:B7 /FLS.204 /Nº01924

CPF

774271498/15

DATA DE NASCIMENTO

31/12/1952

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

SISTEMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

FOLHA

RUBRICA

2º TABELÃO DE NOTAS DE LIMEIRA-SP

Bel. Sergio Candiotti

R. Sete de Setembro, 692 - (19) 3451-7444

AUTENTICAÇÃO

07/FEV 2017

presente cópia conforme o documento apresentado, do que dou fé.

Doutor Seraldo

ESCREVENTE AUTORIZADA

SELLOS PAGOS POR VERBA

Valor Recebido R\$ 3,29

A presente cópia
reprográfica foi extraída no
2º Tabelião de Notas

NASCIMENTO

31.12.52

INSCRIÇÃO NO CPF

774 271 498 15

CONTRIBUINTE

ÉDISON FERNANDES COSTA

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

2º TABELÃO DE NOTAS DE LIMEIRA-SP

Bel. Sergio Candiotti

R. Sete de Setembro, 692 - (19) 3451-7444

AUTENTICAÇÃO

07/FEV 2017

presente cópia conforme o documento apresentado, do que dou fé.

Doutor Seraldo

ESCREVENTE AUTORIZADA

SELLOS PAGOS POR VERBA

Valor Recebido R\$ 3,29

A presente cópia
reprográfica foi extraída no
2º Tabelião de Notas



ODEBRECHT AMBIENTAL - LIMEIRA S/A
Conta Mensal de Serviços de Água e/ou Esgoto
C.N.P.J. 00.585.900/0001-48
Home Page: www.odebrechtambiental.com/limeira
Rua Visconde de Rio Branco, 156 - Centro - SP CEP 13480-100
Uso Gratuito: 0800-771-0001



DEMONSTRATIVO MENSAL DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO

CDC 70404-0	REFERÊNCIA 12/2016	DATA VENCIMENTO 22/02/2017	VALOR A PAGAR - R\$ 39,15
NOME EDISON FERNANDES COSTA			
ENDEREÇO RUA JOSE FRANCESCHI N. 125 - LDO ATILIO 160/HM CALÇADA JD ITAPOA, LINEIRA - CEP 13482-472			
TIPO DE FATURAMENTO ÁGUA/ESGOTO		CATEGORIAS/ECONOMIAS R 1	
HIDRÔMETRO A085024792	IDENTIFICAÇÃO 07.0000.10.014.0090.00	Nº CONTA 21377622	

HISTÓRICO DO CONSUMO

06/16	07/16	08/16	09/16	10/16	11/16	MÉDIA
11	11	12	8	10	9	10

DATA EMISSÃO	23/12/2016	COND. LEIT: NORMAL	
DATA LEITURA ANTERIOR	24/11/2016	LEITURA ANTERIOR	2179
DATA LEITURA ATUAL	23/12/2016	LEITURA ATUAL	2190
PREV. PROX. LEITURA	23/01/2017	CONSUMO RESIDUAL	0
DIAS DE CONSUMO	29	CONSUMO MEDIDO	11
		CONSUMO FATURADO	11

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS			
TARIFA DE ÁGUA	19,23	TARIFA DE ESGOTO	19,23
MULTA-R.09/2016	0,68	JUROS-R.09/2016	0,01

VALOR TOTAL: 39,15

VAL APROX DOS TRIBUTOS R\$3,62 (9,25%) CONFORME LEI 12.741/12

Para garantir a qualidade da água que chega à sua torneira, a Odebrecht Ambiental realiza toda mês cerca de 2.400 análises confira em www.odebrechtambiental.com/limeira. VINCULAÇÃO DA RECEITA E CESSÃO DOS DIREITOS DESTA CONTA À CAIXA FEDERAL.

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E QUÍMICAS DA ÁGUA DISTRIBUÍDA (PORTARIA 2914/2011 DO M.S.)

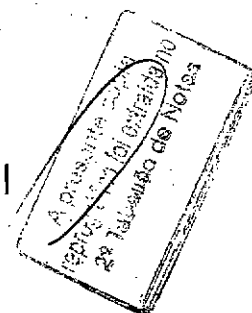
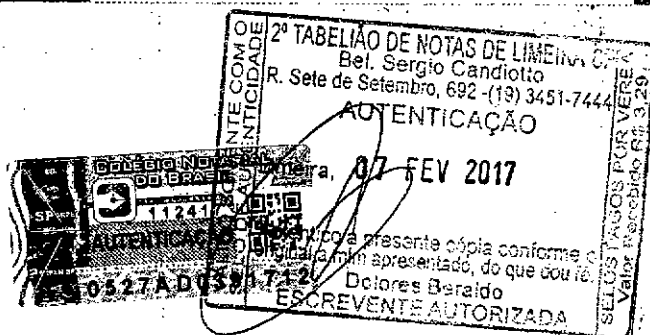
PARÂMETROS	Nº DE AMOSTRAS REALIZADAS	FORA DO PADRÃO	TURBIDEZ - MÉDIA MENSAL (NTU)
TURBIDEZ (NTU)	133	0	0,66
CLORO RESIDUAL LIVRE (mg/L)	133	0	TURBIDEZ VALOR MÁXIMO ENCONTRADO (NTU)
COLIFORMES TOTAIS (NMP/100 mL)	132	0	1,00
ESCHERICHIA COLI NMP/100 mL)	132	0	CLORO RESIDUAL LIVRE MÉDIA MENSAL (mg/l)
pH	133	0	1,27
COR APARENTE (UH)	0	0	CLORO RESIDUAL LIVRE VALOR MÁXIMO ENCONTRADO (mg/L)
ODOR	0	0	
GOSTO	43	0	1,27
FLUORETO (mg/L)			

826000000008 391501242013 702220100706 404201612060



CDC 70404-0	VALOR A PAGAR - R\$ 39,15
REFERÊNCIA 12/2016	DATA VENCIMENTO 22/02/2017

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA NO VERSO



ILMO SENHOR SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO MEIO
AMBIENTE DO NORTE DE MINAS GERAIS - SUPRAM/NMG

URGENTE

1

Auto de Infração nº 56055/2015

EDISON FERNANDES DA COSTA, brasileiro, casado,
agricultor, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.374.211 SSP/SP, inscrito no CPF
nº 774.271.498-15, residente e domiciliado na Rua José Franceschi, nº 125,
Jardim Monte Carlo, na cidade e comarca de Limeira-SP, neste ato representado por
seu advogado e bastante procurador nos termos da procuração juntado aos autos,
vem respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, apresentar sua DEFESA, nos
termos que seguem:



LUIZ HENRIQUE MITSUNAGA
ADVOGADO



ILMO SENHOR SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO MEIO
AMBIENTE DO NORTE DE MINAS GERAIS – SUPRAM/NMG

URGENTE

1

Auto de Infração nº 56055/2015

EDISON FERNANDES DA COSTA, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.374.211 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 774.271.498-15, residente e domiciliado na Rua José Franceschi, nº 125, Jardim Monte Carlo, na cidade e comarca de Limeira-SP, neste ato representado por seu advogado e bastante procurador nos termos da procuração juntada aos autos, vem respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, apresentar sua **DEFESA**, nos termos que seguem:



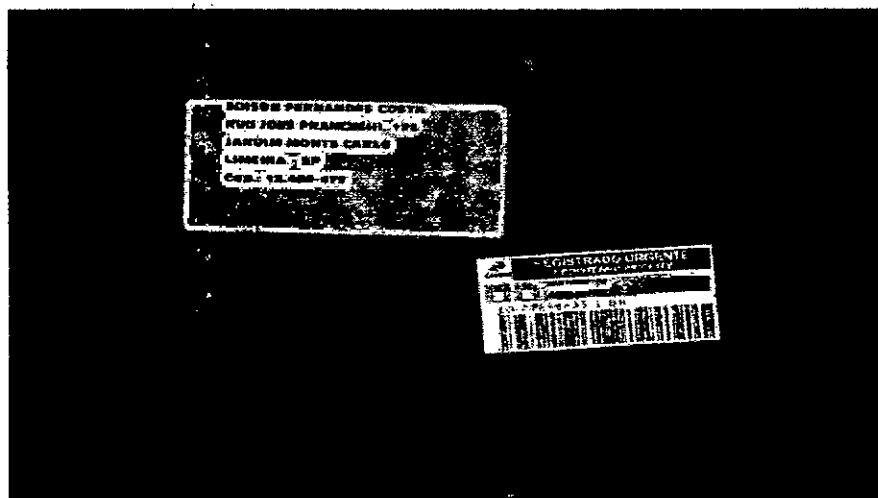
LUIZ HENRIQUE MITSUNAGA
ADVOGADO

I - PRELIMINARMENTE

I.1 - DA TEMPESTIVIDADE



Consoante análise dos documentos anexos, o **Auto de infração** foi lavrado no dia **22.05.2015**. Entretanto, na busca da necessária intimação do Recorrente, o referido auto de infração foi postado pelo **INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF** apenas e tão somente via **Correios** no dia **25.01.2017** e efetivamente recebido pelo Recorrente no dia 31.01.2017, logo 01 (um) ano e 09 (nove) meses depois. Desta forma, comprovada está a tempestividade do presente, já que, sob pena de flagrante cerceamento de defesa, o prazo para interposição de recurso é considerado a partir da data da efetiva ciência por parte do autuado.



2

www2.correios.com.br/sistema/rastreamento/trackprint.cfm

JO276905333BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Postagem

Em trânsito

Entrega

Objeto entregue ao destinatário
31/01/2017 18:44 LIMEIRA / SP

31/01/2017 18:44 LIMEIRA / SP	Objeto entregue ao destinatário
31/01/2017 11:56 LIMEIRA / SP	Objeto saiu para entrega ao destinatário
25/01/2017 17:09 Moinés Carlos / MO	Objeto postado



LUIZ HENRIQUE MITSUNAGA
ADVOGADO



Ora, na medida em que o Decreto nº 44.844/2008 disciplina em seus artigos 30, § 2º e 32 a possibilidade do autuado tomar ciência do auto de infração por meio de carta registrada, com aviso de recebimento, opção escolhida pelo autuante, sendo que, por obviedade, a contagem de prazo para eventual recurso apenas se inicia com a inequívoca ciência do auto, o que, *in casu*, apenas ocorreu quando do recebimento da correspondência no dia 31.01.2017.

Aliás, este é o teor dos artigos do citado Decreto que disciplinam tal situação:

Art. 30, § 2º Na ausência do empreendedor, de seus representantes legais ou prepostos, ou na inviabilidade de entrega imediata do auto de fiscalização ou boletim de ocorrência ambiental, uma cópia do mesmo lhe será remetida pelo correio com aviso de recebimento - AR.

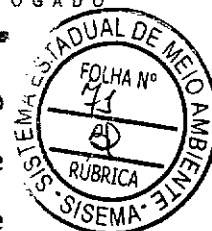
Art. 32. Não sendo possível a autuação em flagrante, o autuado será notificado, pessoalmente ou interposta pessoa, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama, por publicação no Órgão Oficial dos Poderes do Estado ou mediante qualquer outro meio que assegure a ciência da autuação.

3

I.II – DA INCOMPETÊNCIA DO ÓRGÃO AMBIENTAL ATUAL – SUPRAM

Em 07 de setembro de 2016 foi publicado o Decreto nº 47.042, que passou a dispor sobre a nova organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). A norma foi considerada como um importante marco para a melhoria do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema), detalha a estrutura orgânica, as finalidades e as competências das unidades administrativas do órgão ambiental no Estado de Minas Gerais.

Com as diversas mudanças trazidas pela nova legislação, as Superintendências Regionais de Meio Ambiente (SUPRAM's), dentre as quais está o órgão autuante do presente caso, integrantes da Secretaria de Estado de Meio



Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) se reestruturaram, com o objetivo de garantir eficiência nos trabalhos e o estreitamento das relações entre atividades de regularização, monitoramento, controle e fiscalização ambiental, tudo conforme se observa pelo conteúdo do Decreto referido.

Desse modo, o processamento dos autos de infração lavrados pelos fiscais vinculados à SUPRAM, passou a ser de competência dos Núcleos de Autos de Infração – NAI's, conforme se observa pela redação do artigo 60 do Decreto nº 47.042:

Art. 60 – Compete ao Núcleo de Autos de Infração:

I – instaurar os processos administrativos de autos de infração, executar sua tramitação e realizar o seu processamento até o seu efetivo arquivamento;

4

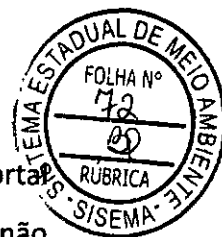
II – analisar os processos administrativos de autos de infração de sua competência, em que tenha sido apresentada defesa em decorrência da aplicação de penalidades por descumprimento à legislação ambiental, florestal, de recursos hídricos, pesqueiros e faunísticos, a fim de subsidiar decisão do Superintendente da supram;

III – analisar os processos administrativos de autos de infração de sua competência em que tenha sido interposto recurso em face de decisão administrativa, a fim de subsidiar o órgão colegiado competente para decisão;

IV – analisar demais questões incidentais no âmbito dos processos administrativos de autos de infração de sua competência, a fim de subsidiar decisão da autoridade competente;



[...].

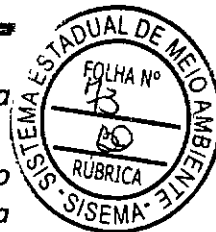


Importante notar, também, que o próprio Portal (eletrônico) do Meio Ambiente de Minas Gerais trata sobre a nova legislação e não prevê, dentre as atribuições conferidas à SUPRAM, a função de julgar processos administrativos oriundos de autos de infração ambiental. Segundo informações retiradas no mencionado sítio eletrônico,

"as Superintendências Regionais de Meio Ambiente (Suprams) têm por finalidade planejar, supervisionar, orientar e executar as atividades relativas à política estadual de proteção do meio ambiente e de gerenciamento dos recursos hídricos formuladas e desenvolvidas pela SEMAD dentro de suas áreas de abrangência territorial, com competência para:

5

- *promover o planejamento e a execução e avaliação da política estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de forma integrada com as instituições que compõem a área de competência da SEMAD;*
- *promover a formulação e a execução de planos e programas na área de competência da SEMAD, em articulação com os demais órgãos e entidades integrantes da estrutura da Secretaria;*
- *zelar pela observância da legislação e as normas específicas de meio ambiente e de preservação, conservação, controle e desenvolvimento sustentável dos recursos naturais;*
- *apoiar técnica e administrativamente as Unidades Regionais Colegiadas do COPAM em suas áreas de jurisdição;*
- *planejar, supervisionar e orientar as atividades da SEMAD a cargo dos Núcleos de Apoio às Unidades Regionais do COPAM;*
- *planejar, supervisionar e executar as atividades de administração geral, de finanças e de contabilidade;*
- *planejar e coordenar a execução das atividades relativas à regularização ambiental de empreendimentos sob sua responsabilidade, definidas na legislação federal e estadual, de forma integrada e interdisciplinar, articulando-se com as entidades da estrutura da SEMAD;*
- *atuar em conjunto com as demais entidades que integram a estrutura da SEMAD e em articulação com a PMMG e o Governo Federal na execução das atividades de controle e fiscalização ambiental referentes ao uso dos recursos ambientais do Estado, de acordo com normas emanadas do Grupo Coordenador de Fiscalização Ambiental Integrada - GCFAI;*



- *aplicar as penalidades por infrações às legislações ambientais vigentes dentro da esfera de competência da SEMAD e de suas entidades vinculadas;*
- *planejar e executar planos, programas e projetos de educação e extensão ambiental e de comunicação social, em consonância com as diretrizes emanadas da SEMAD;*
- *conceder autorização ambiental de funcionamento para empreendimentos localizados em sua jurisdição;*
- *decidir os processos de imposição de penalidades aplicadas pelos servidores credenciados lotados na Supram;*
- *apoiar tecnicamente os organismos que atuam na área do meio ambiente e especificamente na área de recursos hídricos, com a finalidade de garantir a execução da política ambiental e de gestão de recursos hídricos do Estado;*
- *fazer cumprir as decisões do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM - e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH -, observadas as normas legais pertinentes;*
- *fornecer subsídios para a formulação dos índices de qualidade ambiental para as diversas regiões do Estado, a serem observados na concessão do licenciamento ambiental;*
- *realizar programa de treinamento dos conselheiros do COPAM, a fim de esclarecer-lhes sobre as finalidades, procedimentos, instrumentos e regime legal do COPAM;*
- *ordenar despesas e autorizar pagamentos relativos aos créditos orçamentários destinados à Superintendência Regional; e*
- *exercer outras atividades correlatas."*

6

Dessa forma, face a nova previsão legal consubstanciada no artigo 60 supra, bem como em razão de não constar no Decreto nº 47.042, artigo 54, a função de julgamento dos processos administrativos como uma das atribuições das SUPRAMS, o presente processo deveria ser remetido imediatamente ao Núcleo de Autos de Infração – NAI – competente.

Além disso, frise-se que existe outro processo administrativo oriundo de um auto de infração pelo qual responde o **AUTUADO**, referente a mesma propriedade rural (Fazenda Santo Expedito), cuja fiscalização ocorreu no mesmo período àquele realizado no presente auto, em trâmite perante o Núcleo de Autos de Infração de Montes Claros-MG, e não perante a SUPRAM. Trata-se do AI nº 56083/2015.



Tal informação apenas corrobora com o entendimento segundo o qual a SUPRAM não é órgão competente para analisar e julgar o presente processo administrativo, sob pena de violar-se não apenas a legislação ambiental local (Decreto nº 47.042), mas também diversas disposições legais e constitucionais, que primam pela garantia dos princípios do contraditório e ampla defesa, bem como pela necessidade de se garantir julgamentos não contraditórios a demandas que deveriam tramitar em conjunto perante um único órgão.

Nesse sentido, ressalte-se a importância do artigo 55 do NCPC, que, *mutatis mutandis*, poderia ser aplicado ao presente caso, segundo o qual:

Art. 55. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.

§1º Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado.

7

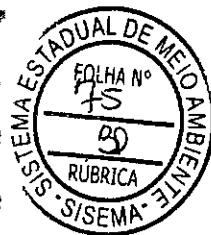
Entender o porquê a conexão existe no nosso jurídico é compreender que os jurisdicionados não podem conviver com decisões conflitantes e contraditórias diante do mesmo conjunto fático que interessa ao direito. Daí porque a principal consequência da conexão é a reunião dos processos para julgamento conjunto.

Nesse sentido, o art. 55, §2º, é muito claro ao dispor que haverá conexão e reunião de demandas para julgamento conjunto, salvo se uma delas já houver sido sentenciada.

Assim, como o auto de infração nº 56083, em trâmite perante o Núcleo de Autos de Infração, ainda encontra-se pendente de julgamento, e levando-se em consideração a previsão legal estampada no artigo 60 do Decreto nº



LUIZ HENRIQUE MITSUNAGA
ADVOGADO



47.042, que atribui a competência para julgar ao **NAI**, e não à **SUPRAM**, o mais correto seria encaminhar o presente processo administrativo, oriundo do auto de infração nº **56055/2015**, para referido órgão, para julgamento em conjunto, tudo a fim de se evitar a possibilidade de ocorrência de decisões conflitantes, bem como de se prejudicar a ampla defesa e o contraditório do **AUTUADO**.

I.III – DA NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO POR VÍCIO NO INSTRUMENTO.

Sabe-se que o auto de infração ambiental é um documento pelo qual a autoridade competente certifica a existência de uma infração à Legislação vigente, caracterizando devidamente a mesma e impondo, de forma expressa, penalidade ao infrator. É, assim, um instrumento lavrado somente nos casos em que se faz necessária a aplicação de penalidades. Além disso, igualmente é de conhecimento geral que o auto de infração deverá ser entregue pessoalmente ao suposto infrator ou poderá ser remetido pelo correio, por Aviso de Recebimento-AR.

8

O auto de infração, assim, é o documento pelo qual dá-se início ao processo administrativo destinado a apuração da existência, ou não, da infração ambiental. Deve, necessariamente, ser formal e preencher requisitos previstos na norma ambiental aplicável. É oriundo do poder de polícia que detém a administração pública e, por ser da espécie de atos administrativos punitivos, são vinculados à lei e devem respeitar, integralmente, o princípio da legalidade.

Nesse sentido, prevêm os artigos 30 a 32 do Decreto nº 44.844/2008 que:

Art. 30. [...].

§2º *Na ausência do empreendedor, de seus representantes legais ou prepostos, ou na inviabilidade de entrega imediata do auto de*



LUIZ HENRIQUE MITSUNAGA
ADVOGADO



fiscalização ou boletim de ocorrência ambiental, uma cópia do mesmo lhe será remetida pelo correio com aviso de recebimento - AR.

Art. 31. Verificada a ocorrência de infração à legislação ambiental ou de recursos hídricos, será lavrado auto de infração, em três vias, destinando-se a primeira ao autuado e as demais à formação de processo administrativo, devendo o instrumento conter:

I - nome ou razão social do autuado, com o respectivo endereço;

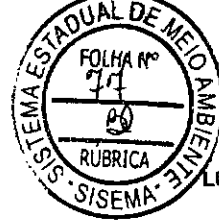
Art. 32. Não sendo possível a autuação em flagrante, o autuado será notificado, pessoalmente ou interposta pessoa, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama, por publicação no Órgão Oficial dos Poderes do Estado ou mediante qualquer outro meio que assegure a ciência da autuação.

9

Ocorre que no presente caso, é possível verificar no Auto de infração que o **AUTUADO** não estava presente no dia em que o Agente Autuante compareceu na Fazenda Santo Expedito I, visto que inexistia qualquer assinatura do mesmo, razão que levaria o Agente Autuante a remeter o Auto por carta com aviso de recebimento para o endereço do **AUTUADO**. E foi exatamente dessa forma que ele procedeu.

Entretanto, o endereço constante no mencionado documento, qual seja, Rua Amarildo Zacarias, nº 67, Bairro Jardim Brasília em Limeira do Oeste-MG, é completamente estranho ao **AUTUADO**, que sempre residiu em Limeira-SP, no endereço citado na qualificação supra.

Ora, de fato seria impossível a devida notificação do **AUTUADO**, nos termos que exigem os artigos supratranscritos, posto o endereçamento indicado é desconhecido, sendo certo que o **AUTUADO** nunca residira



LUIZ HENRIQUE MITSUNAGA
ADVOGADO

na Rua Amarildo Zacarias, nº 67, Bairro Jardim Brasília, em Limeira do Oeste-MG, conforme consta no Auto de Infração. Tanto é que o **AUTUADO** somente veio a tomar conhecimento do auto no início do corrente ano (2017), isto é, 1 ano e 9 meses depois da realização da fiscalização.

Nesse sentido, Curt Trennepohl brilhantemente assinala que:

“É indiscutível que o documento não pode apresentar falhas ou imprecisões que dificultem ou impeçam a defesa, como erros ou dubiedade na descrição do fato combatido, no enquadramento ou na dosagem da penalidade”.

Além disso, seria completamente descabida a hipótese de se considerar como válido um documento que constou o endereçamento errado do principal interessado na causa, se é certo que tal documentação exige uma formalidade tão rigorosa como um auto de infração.

10

Salienta-se que no auto de infração não há falar em informalidade ou discricionariedade, porquanto trata-se de ato vinculado e punitivo, e a forma é requisito inafastável ao cumprimento do devido processo legal, constitucionalmente previsto no inciso LIV do artigo 5º.

Ademais, em relação à forma legal exigida, esta constitui requisito vinculado e imprescindível à sua perfeição, pois a deficiência de forma induz a nulidade do ato administrativo, viciando-o substancialmente e tornando-o, portanto, inválido.

Nos termos do artigo 96 do Decreto 6.514 de 2008:



Art. 96. Constatada a ocorrência de infração administrativa ambiental, será lavrado auto de infração, do qual deverá ser dada ciência ao autuado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

Dessa forma, nítido está que o auto de infração de nº 56055/2015 contém vício de forma insanável, posto que constou um endereço completamente estranho e diferente daquele em que sempre residiu o **AUTUADO**, razão pela qual deve ser considerado **NULO** e, por consequência, extinguir o presente processo administrativo sem resolução de mérito.

I.IV – DA NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO POR AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO FÁTICA.

O Decreto nº 70.235 de 1972, que trata do processo administrativo fiscal, estabelecendo os elementos imprescindíveis ao Auto de Infração, que de acordo com Curt Trennepohl, pode ser usado analogicamente na definição do conteúdo do auto de infração ambiental:

11

Art. 10. O auto de infração será lavrado por servidor competente, no local da verificação da falta, e conterá obrigatoriamente:

I - a qualificação do autuado;

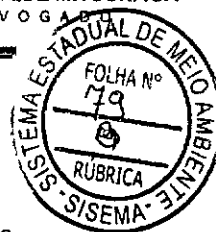
II - o local, a data e a hora da lavratura;

III - a descrição do fato;

IV - a disposição legal infringida e a penalidade aplicável;

V - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de trinta dias;

VI - a assinatura do autuante e a indicação de seu cargo ou função e o número de matrícula.



Sobre o tema, de acordo com Curt Trennepohl:

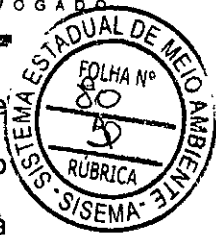
“A descrição clara e objetiva das infrações administrativas constatadas deve permitir ao autuado entender exatamente a irregularidade que lhe está sendo imputada, permitindo o exercício da ampla defesa. [...]. Portanto, a descrição deve clara e inteligível, estabelecendo, sempre que possível, um nexo de causalidade entre a ação ou omissão e o dano ambiental decorrente.”

Em verdade, trata-se de vício insanável a falta de descrição clara e objetiva da infração, pois impossibilita ao autuado o exercício do seu direito de defesa, devendo ser declarado nulo, nos termos do artigo 100 abaixo:

Art. 100. O auto de infração que apresentar vício insanável deverá ser declarado nulo pela autoridade julgadora competente, que determinará o arquivamento do processo, após o pronunciamento do órgão da Procuradoria-Geral Federal que atua junto à respectiva unidade administrativa da entidade responsável pela autuação.

12

Dito isso, observe-se que tais disposições aplicam-se perfeitamente ao presente caso. Isso porque, através de uma análise superficial do auto de infração nº 56055/2015 é possível notar que as descrições feitas pelo fiscal em relação as supostas infrações praticadas pelo **AUTUADO** estão previstas de forma absolutamente genérica, posto que ele não fez qualquer menção a localização onde encontrou o desmate de cerrado e o corte de ipês. Além disso, não especificou onde exatamente foram encontrados animais na propriedade Santo Expedito I, que animais eram estes e a quem pertenciam.



Ora, simplesmente limitar-se a alegar que houve corte ilegal de mais de um tipo de vegetação (cerrado e Ipês), sem apontar a localização exata desta, e afirmar existir a presença de animais em local impróprio, gerando risco à áreas de preservação ambiental, sem especificar que espécie animal era esta e a quem pertencia, é no mínimo, prejudicial aos direitos constitucionalmente previstos do contraditório e da ampla defesa do **AUTUADO**.

Nesse sentido, Curt Trennepohl afirma que:

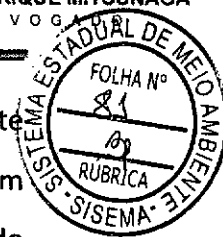
“É indiscutível que o documento não pode apresentar falhas ou imprecisões que dificultem ou impeçam a defesa, como erros ou dubiedade na descrição do fato combatido, no enquadramento ou na dosagem da penalidade. A forma não pode sobrepor ao conteúdo, mas é imprescindível, sob pena de nulidade, que o fato que ensejou a autuação esteja claramente registrado e descrito e os dispositivos infringidos anotados corretamente, para que a ampla defesa do autuado não reste prejudicada”.

13

Por todo o exposto, resta claro que o auto de infração que embasa o presente processo administrativo, a saber, o AI nº 56055/2015 está eivado de vícios que o tornam nulo de pleno direito, razão pela qual é impossível se falar em continuidade do presente processo, devendo este ser extinto.

II -DA SINTESE FÁTICA

Em 31 de Janeiro de 2017, o **AUTUADO** recebeu em sua residência, via carta com aviso de recebimento, o auto de infração nº 56055, vinculado ao auto de fiscalização nº 24629, lavrado em 22 de maio de 2015 pela SUPRAM – Superintendência Regional do Meio Ambiente.



Em tal documento, o **AUTUADO** foi acusado de desmatar ilegal em uma área de 51,9 hectares de cerrado com destoca em área comum sem autorização do órgão ambiental, bem como de deixar de dar a devida comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola, autorizado na DAIA nº 0021442 e APEF nº 0010873. Além disso, o auto ainda prevê como infração praticada pelo **AUTUADO**, a realização do corte de 12 (doze) árvores de Ipê sem autorização e a soltura de animais, sem tomar os devidos cuidados para que estes não penetrassem em área de reserva legal.

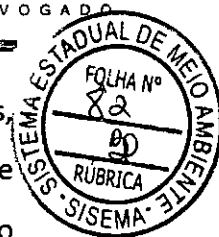
Assim, o órgão autuante imputou ao **AUTUADO** uma multa cumulada no valor de **R\$ 158.449,02 (cento e cinquenta e oito mil quatrocentos e quarenta e nove reais e dois centavos)**, em razão de sua incidência no artigo 86, Anexo III, Código 301, II, alíneas B e C; Código 306, II; Código 311 e Código 327, todos do Decreto nº 44.844/2008, aplicando-lhe a atenuante do artigo 68, I, alínea F do mesmo diploma.

14

Ocorre que, a par dos inúmeros vícios encontrados no presente auto de infração, a tipificação e, por consequência, as penalidades as quais se pretende ver o **AUTUADO** submetido estão em completo desacordo com a realidade fática havida, devendo, portanto, passar por uma melhor análise, conforme se passará a demonstrar.

III – DA REALIDADE FÁTICA HAVIDA

Inicialmente cumpre esclarecer que o **AUTUADO** é residente e domiciliado na cidade e comarca de Limeira, Estado de São Paulo, à Rua José Franceschi, nº 125, Jardim Monte Carlo, **NUNCA** tendo residido no Estado de Minas Gerais.



Possui propriedades no Sul e Norte de Minas, acostumado com as normas, direitos e obrigações ambientais, cumpridor incontestado destas obrigações, não possuindo nada que o desabone em sua conduta enquanto pessoa, profissional, muito menos em sua atividade rural.

Cumpre esclarecer que no último dia **31.01.2017** o **AUTUADO** foi surpreendido com o **Auto de Infração n. 56055/2015**, lavrado em **22.05.2015** decorrente de uma fiscalização ambiental nos dias **13 e 14/05/2015** referente o processo de intervenção ambiental n. 08030000053/11.

Contudo nada mais **ABSURDO** e **IMPROCEDENTE**.

III.I - DO DESMATE ILEGAL DE 51,90 HECTARES DE CERRADO SEM AUTORIZAÇÃO

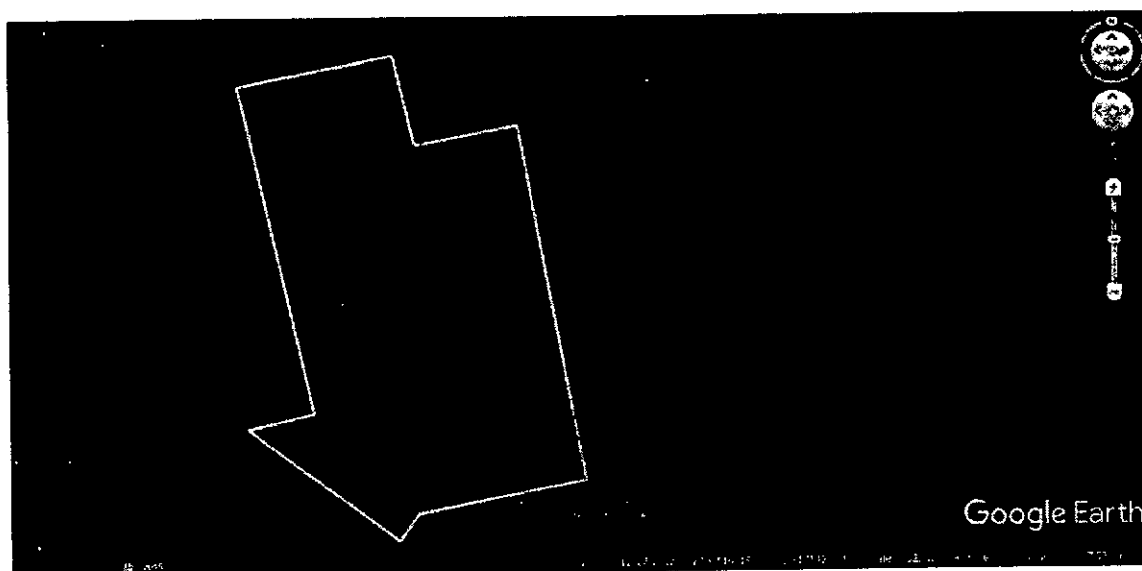
15

Não há que se falar em desmate ilegal de 51,90 hectares de área, quando isto na verdade **NUNCA OCORREU**.

Urge esclarecer que o **AUTUADO** no ano de 2.011 solicitou autorização expressa para o órgão ambiental, afim de que fosse autorizada a supressão de área de cerrado, com o fim específico para o plantio da citricultura, o que fora deferido.

Uma vez realizado a intervenção na área, nos moldes do autorizado, nada mais foi feito, ou seja, não mais existiu qualquer espécie de intervenção e/ou supressão de vegetação, desconhecendo o **AUTUADO** qualquer ato de desmatamento.

Apenas para demonstrar segue abaixo foto da área após a intervenção ocorrida, dentro dos ditames autorizados pelo órgão ambiental:



Note que a área em destaque é justamente onde ocorreu a intervenção autorizada pelo órgão ambiental.

16

Neste sentido, é certo afirmar que o **AUTUADO** em nada tem haver com o eventual desmatamento, sendo fato este totalmente desconhecido, e mais, não autorizado pelo mesmo.

Diante de tal fato não pode ser o mesmo responsabilizado e/ou compelido a responder por algo que não deu causa, e mais, fato este que até o ultimo dia **31.01.2017** era totalmente desconhecido pelo mesmo.

Resta **TOTALMENTE IMPUGNADO O ABSURDO** apontamento quanto à ocorrência de desmatamento de 51,90 hectares sem a devida autorização ambiental, não passando de mera alegação, sem qualquer comprovação e ou ainda prova material de que o **AUTUADO** tenha concorrido diretamente ou ainda autorizado e/ou praticado qualquer ato ilegal.

III.II – DA AUSÊNCIA DA COMPROVAÇÃO DO USO ALTERNATIVO DO SOLO



Quando da solicitação de supressão de vegetação objeto do processo de intervenção ambiental n. 08030000053/11, autorizado na DAIA nº 0021442 e APEF nº 0010873, o **AUTUADO** não sabia da obrigação de justificar ou não o uso alternativo do solo, fato este de completo desconhecimento.

Cumprе esclarecer que em nenhum momento o **AUTUADO** deixou de praticar tal ato de forma dolosa, ao contrario, este acreditou que uma vez autorizada a intervenção na área, não seria necessário nenhum outro ato, ainda mais de justificativa.

É cediço, e de pleno conhecimento do órgão ambiental que a intervenção ocorrida na área em comento, deu-se única e exclusivamente em virtude da necessidade de implementação do projeto de citricultura do **AUTUADO** na área, contudo após a intervenção, e diante da grave crise econômica e financeira que atingiu nosso país, o **AUTUADO** viu-se impedido em prosseguir com seu projeto inicial, frente ao elevado custo de investimento na área, valor este superior a 10 milhões de reais, o que acabou por inviabilizar completamente naquele momento qualquer espécie de investimento na citricultura na propriedade em questão.

17

Ora, o fato da inviabilidade econômica/financeira de implementar o projeto de citricultura na área é o único, exclusivo e real motivo de nada ter sido feito no imóvel.

Importante destacar ainda que o **AUTUADO** não sabia, nem tampouco foi orientado por qualquer pessoa ou órgão que seja, quanto a necessidade de justificar a utilização ou não da área em específico, sendo certo neste momento que esta sendo penalizado de forma aviltante e absurda simplesmente por supostamente não comprovar o uso do solo.



Neste sentido imperioso destacar ainda que, em que pese os apontamentos realizados pelo nobre fiscal, insta questionar a falta de notificação do **AUTUADO** para a apresentação junto ao órgão ambiental da mencionada justificativa, ora, como autuar sem antes notificar, e ou ainda conceder os meios para que o **AUTUADO** pudesse prestar os devidos e necessários esclarecimentos, ferindo de morte os mais comezinhos princípios que norteiam o nosso ordenamento jurídico.

Sendo assim **IMPUGNAMOS** a alegação/descrição quanto a falta de justificativa/comprovação do uso alternativo solo, ante a falta de intimação para tal ato, e ainda em total desrespeito as normas legais, ferindo ainda os preceitos constitucionais a ampla defesa e ao contraditório.

III.IV – DO CORTE DE 12(DOZE) ARVORES DE IPÊ SEM AUTORIZAÇÃO

18

IMPROCEDENTE!!!

Neste tópico urge esclarecer que o auto de infração ora **IMPUGNADO** é totalmente omissos quanto à prova material de tal fato alegado, sem qualquer embasamento material sobre a ocorrência, frise-se o que não se pode admitir.

Imperioso destacar que o **AUTUADO** não autorizou nem tampouco praticou ou ainda concorreu com qualquer ato de supressão sem a devida e necessária autorização, sendo de seu total desconhecimento a ocorrência de eventual corte indevido de arvores de ipê, não podendo neste momento ser responsabilizado.

III.V - DA PRESENÇA DE ANIMAIS SOLTOS EM ÁREA DE RESERVA LEGAL

IMPROCEDENTE!!!



LUIZ HENRIQUE MITSUNAGA
ADVOGADO



Em que pese o apontamento feito pelo ilustre fiscal ambiental, este não comprovou a ocorrência de tal fato, **INEXISTE** no presente auto de infração qualquer prova material quanto a existência de animais soltos em área de reserva legal, fato este veementemente combatido e **IMPUGNADO** neste ato.

III.VI - DA OPERAÇÃO DE 13 (TREZE) FORNOS DE CARVÃO SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO - DO TRANSPORTE DE 60 (SESENTA) METROS CÚBICOS DE CARVÃO VEGETAL SEM DOCUMENTO DE CONTROLE AMBIENTAL OBRIGATÓRIO

VERDADEIRO ABSURDO!!!

Em todo o auto de infração este é o fato que mais chama a atenção e gera revolta, pois o **AUTUADO** não autorizou, não concedeu, nem tampouco permitiu que qualquer pessoa utilizasse sua propriedade para tal ato, sendo verdadeiro **ABSORDO** os fatos narrados, apontados e ainda atribuídos no referido auto como se estes fossem de autoria e responsabilidade do mesmo.

19

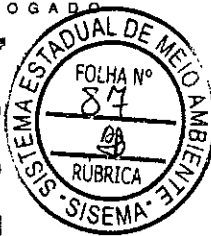
Ora, no momento da fiscalização realizada não existiam pessoas no local? Quem conduzia ou cuidava dos fornos carvoeiros? Qual a providência tomada pelo agente naquele momento? Alguém mais foi autuado além do Sr. Edison na qualidade de proprietário da área?

É certo afirmar que o **AUTUADO** não pratica, nem nunca praticou qualquer ato relacionado com a atividade carvoeira, sendo **INADMISSIVEL** neste momento se ver compelido a defender-se de algo que sequer tem conhecimento.

E mais, nos termos do auto e ainda das fotos juntadas ao mesmo, observa-se que referidos fornos estavam em pleno funcionamento e ainda



LUIZ HENRIQUE MITSUNAGA
ADVOGADO



com produção, a qual foi objeto da atuação, logo, se no dia seguinte a fiscalização referido material desapareceu da propriedade, frise-se os fornos e o carvão, é óbvio que quem praticou o ato foi o real autor do delito, sendo assim questiona-se, **QUEM ERA? POR QUE NÃO FOI ELE AUTUADO? POR QUE NÃO FOI ELE RESPONSABILIZADO? POR QUE ATRIBUIR TAMANHA RESPONSABILIDADE PARA O AUTUADO EDISON?**

A presente situação resta desde já **IMPUGNADA** em sua totalidade, sendo verdadeiro **ABSURDO** e **ABERRAÇÃO**, ao passo que o **AUTUADO** não guarda qualquer relação com o quanto ocorrido, e mais, não pode ser responsabilizado pelo mesmo.

V – DA IRREGULARIDADE DO VULTOSO VALOR DO AUTO DE INFRAÇÃO

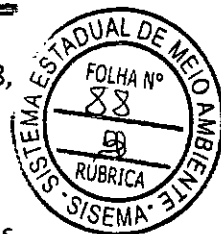
20

Ponderando as questões acima, tem-se ainda, como corolário lógico, que o valor de multa indicado no Auto de Infração também não merece prosperar. Trata-se de valor vultoso – **R\$ 158.449,02 (cento e cinquenta e oito mil quatrocentos e quarenta e nove reais e dois centavos)**, sendo certo que não há supedâneo legal para aplicação de tal valor.

E mais, observe-se que absolutamente inexistente qualquer ato praticado pelo **AUTUADO**, **INEXISTEM OS FATOS**, estes não ocorreram da forma descrita, e mais, **NÃO HÁ QUALQUER MATERIALIDADE** nos autos, o qual é desprovido de supedâneo técnico ou jurídico, ainda mais se considerando a informação do **AUTUANTE** no sentido de não estar presente o **AUTUADO**.

Ponderando as questões acima, tem-se ainda, como corolário lógico, que o valor de multa indicado no Auto de Infração também não merece prosperar de forma alguma.

Entretanto, de forma subsidiária, caso não seja este o entendimento do Ilustre órgão julgador, requer-se, ao menos, seja aplicada de forma



cumulada ao artigo 68, I, f do Decreto 44.844/2008 a atenuante prevista no artigo 68, I, c do mesmo Diploma, que assim prevê:

Art. 68. Sobre o valor-base da multa serão aplicadas circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme o que se segue:

I – ATENUANTES: [...]

c) menor gravidade dos fatos tendo em vista os motivos e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento;

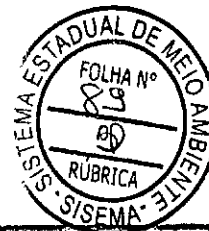
Frise-se apenas que a possibilidade de cumulação das atenuantes encontra previsão no artigo 69 do mesmo Decreto, senão vejamos:

Art. 69. As atenuantes e agravantes incidirão, cumulativamente, sobre o valor-base da multa, desde que não implique a elevação do valor da multa a mais de cinquenta por cento do limite superior da faixa correspondente da multa, nem a redução do seu valor a menos de cinquenta por cento do valor mínimo da faixa correspondente da multa.

Assim, subsidiariamente requer sejam aplicadas ao **AUTUADO** as duas atenuantes, previstas no artigo 68, I, 'c' e 'f' do Decreto 44.844, cumulativamente, o que equivalem a um desconto equivalente a 60% (sessenta por cento) sobre o valor imposto no AI nº 56055/2015.

VI – DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto **REQUER-SE** pelo regular recebimento e processamento da presente defesa administrativa nos termos da legislação em vigor, acolhendo-se as preliminares lançadas com o consequente



LUIZ HENRIQUE MITSUNAGA
ADVOGADO

reconhecimento da nulidade do referido auto, caso assim não entenda, o que se admite apenas a título de argumentação, no mérito, pugna-se pelo total **PROVIMENTO** da presente defesa, com a consequente determinação de cancelamento do auto de infração, por ser esta medida de inteira justiça.

De forma subsidiária, requer-se se aplicada as duas atenuantes previstas no artigo 68, I, 'c' e 'f' do Decreto 44.844/2008 de forma cumulativa, garantindo ao **AUTUADO** uma redução equivalente a 60% (sessenta por cento) no valor originário da multa.

Requer a juntada da cópia do presente recurso, desde já informando que a via original foi encaminhada via Correios com Aviso de Recebimento-AR, na data de 17 de fevereiro de 2017, conforme cópia do comprovante de envio.

22

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, oitiva de testemunha, juntada de documentos no transcorrer do processo, perícias e outras que se façam necessárias que desde já ficam requeridas, sem a exclusão de quaisquer.

Requer-se, por fim, que todas as publicações e/ou intimações sejam efetuadas em nome do patrono **Dr. LUIZ HENRIQUE MITSUNAGA, OAB/SP n.º 229.118.**

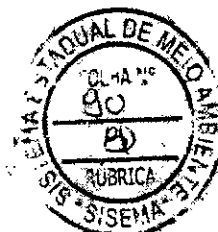
Termos em que,

Pede e espera deferimento.

De Bauru/SP p/ Montes Claros/MG, 17 de Fevereiro de 2017


LUIZ HENRIQUE MITSUNAGA
OAB/SP n.º 229.118

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 74303643 - AC CENTRAL DE BAURU



BAURU

- SP

CNPJ....: 34028316137915 Tel.: -

Ins Est.: 112388853119

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento...: 17/02/2017 Hora.....: 16:25:06
Caixa.....: 79799785 Matrícula...: 81137680
Lancamento.: 076 Atendimento: 00063
Modalidade.: A Vista ID Fiquete.: 1265732357

DESCRICAO	QTD.	PRECO(R\$)
CARTA NAO COMERCIAL	1	11,65*

Valor do Porte(R\$)...: 3,05

Cap Destino: 39401-000 (MG)

Peso real (G).....: 120

OBJETO.....: J0016729344BR

AVISO DE RECEBIMENTO: 4,30

REGISTRO NACIONAL....: 4,30

Selo.....: 11,65

Valor Declarado nao solicitado(R\$)

No caso de objeto com valor, faca seguro,
declarando o valor do objeto.

TOTAL (R\$).....: 11,65

VALOR RECEBIDO(R\$).....: 12,00

DEBITO(R\$).....: 0,35